

As TIC e o desenvolvimento social na Biblioteca Municipal Dolor Barreira

João Yuri Fernandes Silva Nóbrega (UFC) - yurinbg@gmail.com

Camila Leite (UFC) - camila.cmsl@gmail.com

Ives Mateus Valente do nascimento (UFC) - ivesvalent@gmail.com

Francisco Rômulo dos Santos Benevides (UFC) - rombenevides@gmail.com

Resumo:

Com o desenvolvimento e facilidade de alcance das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), as bibliotecas vêm renovando seu papel de mediadoras do acesso da população a essas tecnologias, cada vez mais presentes em nossas atividades diárias. Além de mudar as formas de comunicação e compartilhamento da informação, as TIC motivam o usuário a ser continuamente mais independente na busca pela informação. Esse usuário vem se tornando gradativamente mais analítico e se vale de diversas fontes para obter sucesso em sua pesquisa. Explorando estas questões e após visita e entrevista semiestruturada à Biblioteca Municipal Dolor Barreira, o presente trabalho avalia o empreendimento da dita unidade de informação em relação a sua infraestrutura tecnológica e sua missão, não apenas de atrair, mas de também tornar seus usuários, principalmente os que não possuem fácil acesso à informação, aptos a manejar de forma eficaz as tecnologias que se atualizam rapidamente e que, portanto, exigem usuários igualmente atualizados.

Palavras-chave: *Tecnologias da Informação e Comunicação. Biblioteca Municipal Dolor Barreira. Acessibilidade.*

Eixo temático: *Eixo 4: Bibliotecas para todos: Acessibilidade para pessoas com deficiência, inclusão social, enfoque de gênero, bibliotecas como espaço de aprendizagem. Biblioteconomia Social.*

RESUMO EXPANDIDO

Introdução: A ideia para a elaboração do presente trabalho surgiu a partir da crença de que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) foram incorporadas de tal maneira nas mais diversas atividades do nosso cotidiano que não é mais possível pensar em conceber um programa, serviço ou produto sem levar em conta sua vertente digital. Com a expansão do uso e da facilidade de acesso às TIC no século XXI, os governos mundiais e locais voltam a atenção para a elaboração de políticas públicas que possam combater a exclusão digital na sociedade.

Inserida nesse contexto, a biblioteca pública tem o potencial para ser a ponte entre o estágio no qual nos encontramos – onde grande parcela da população, em especial aqueles com menor poder aquisitivo, tem acesso apenas à informação veiculada pela televisão – para uma sociedade onde o indivíduo seja informacionalmente letrado e plenamente capaz de buscar a informação que deseja com precisão.

Considerados aspectos importantes para a completa integração e participação ativa do indivíduo, ou de grupos organizados de pessoas, na vida sócio-política da comunidade, bem como de suporte educacional de seus usuários, na chamada sociedade do conhecimento (ou sociedade da informação), as TIC são peças cruciais no quebra-cabeça desta “nova” sociedade.

A partir dos pontos supracitados, observamos a infraestrutura tecnológica (Tecnologias da Informação e Comunicação) com o objetivo de identificar o uso que dela é feito pela Biblioteca Municipal Dolor Barreira, localizada em Fortaleza – CE, para aprimorar seus serviços, atender às demandas informacionais de seus usuários e cumprir seu papel social junto à comunidade a quem deve servir à luz da literatura que trata das TIC, do acesso à informação e das Bibliotecas Públicas.

As TIC seriam, então, tecnologias que interferem e mediam o processo de comunicação dos indivíduos, agindo “como forças propulsoras que modelam as relações sociais, econômicas e políticas” e que são responsáveis por uma “reestruturação econômica do emprego e das relações de trabalho.” (MORIGI; PAVAN, 2004, p. 119).

Olinto (2010) aborda a relação entre o uso das TIC e o desenvolvimento social e destaca o “empoderamento de grupos em desvantagem social, a formação de redes sociais na defesa de interesses de grupo, o desenvolvimento comunitário” como pontos positivos. Olinto (2010, p. 78) sugere ainda que a biblioteca pública “pode passar a se destacar como ‘instituição facilitadora’ de uso das TIC”, considerando a internet como “parte inseparável ou ‘imaneente’ da vida diária na atualidade.” (OLINTO, 2010, p. 79).

É importante destacar o papel desempenhado pelas novas TIC tanto em nossa vida profissional e pessoal quanto na relação indivíduo-informação. Hoje temos abundância de informação de todos os tipos e podem ser encontradas em sites, blogs, vlogs, jornais eletrônicos, portais de transparência etc., ao mesmo tempo em que os indivíduos estão pouco ou quase nada familiarizados com essa quantidade enorme de dados, sendo incapazes de interpretá-los.

Diversos órgãos nacionais e internacionais reconhecem o acesso à informação como direito fundamental do cidadão, garantindo-lhe, quando bem informado, condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais ao bem-estar social, tais como saúde, educação e benefícios sociais. É equivalente a importância de ter acesso à informação, assim como é próprio o direito de transmitir sua opinião.

Em 1985, interpretando o Artigo 13 do Parecer Consultivo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos inferiu que o direito de liberdade de expressão salvaguarda tanto do direito de transmitir como de buscar e receber informações e ideias (MENDEL, 2009).

Houve iniciativas na comunidade internacional para reconhecer o direito à informação de forma integrada aos direitos humanos. Mendel (2009) apresenta que, em 1998, uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adota a Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Reconhecidos Universalmente. O Artigo 6 considera que o direito ao saber, de buscar, adquirir, receber, reter e de promover informações sobre direitos humanos é fundamental para divulgação e proteção dos direitos humanos.

No Brasil, o acesso à informação pública está regulamentado conforme o capítulo I da Constituição – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – especificamente no artigo 5, em conjunto com os incisos dos artigos 37 e 216, que formam a Lei 12.527, também conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública. Essa lei foi sancionada em 18 de novembro de 2011 e estabelece que o acesso à informação pública é a regra e o sigilo, a exceção (BRASIL, 2011).

É de senso comum pensar na biblioteca pública como uma instituição que apenas disponibiliza um acervo livre para todos os tipos de usuários, e que seus serviços se limitam a essa função em conjunto com a ação de oferecer um ambiente adequado para o estudo.

Dizer que a biblioteca pública é para todos não é um erro, é parte dela ter essa função, como diz Martins (2002, p. 325) ao afirmar que “[...] o adjetivo pública, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados”, porém desfocar os seus objetivos e limitar os serviços apenas a empréstimos de livros é ter uma visão bastante minimalista, pois a biblioteca pública está longe de ser apenas um depósito de livros ou uma instituição com objetivos desfocados, existindo toda uma função social que a envolve, não sendo sua existência um mero enfeite, pois ela tem um propósito e ele é determinado de acordo com os usuários que a frequentam.

A realidade é que a biblioteca pública deve se moldar de acordo com o local em que ela está localizada, é necessário que as pessoas que estão à frente do projeto se empenhem em inicialmente identificar as necessidades informacionais do ambiente que a biblioteca se encontra para poder oferecer a demanda necessária aos usuários, pois ela não é feita sem um motivo específico, o objetivo dela é suprir uma demanda informacional.

A biblioteca pública ficou, então, em uma posição delicada, em que tem de conciliar a árdua missão de atrair novos usuários e a de capacitar esses indivíduos na educação informacional.

Como vemos em Suaiden (2000), a história do acesso à informação no Brasil – e da própria biblioteca pública enquanto instituição – tem sido uma história marcada pela ausência de decisões que de fato dotem o povo da capacidade de usar a informação para seu benefício e que pouco contribuem para a democratização da informação.

Campello (2006, p. 64) discute a origem do termo competência informacional (*information literacy*) nos Estados Unidos, apresentando uma perspectiva de escolarização desta competência, devendo ser trabalhada e experimentada pelos indivíduos desde a infância, além de discutir algumas ideias “que

possam ajudar a encontrar uma perspectiva brasileira para a competência informacional”.

Relato de experiência: A Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira, cenário de nosso estudo, foi fundada em 1º de fevereiro de 1971 e contava, inicialmente, com um acervo de 3.000 livros, resultado de uma doação feita pela família do jurista cearense Dolor Barreira.

Atualmente a biblioteca coloca à disposição do público mais de 20.000 exemplares sobre diversos temas nas mais diversas áreas de conhecimento, destacando-se psicologia, filosofia e literatura estrangeira (americana, peruana, chilena e alemã), a maioria traduzida, além da literatura brasileira e também uma gibiteca e um acervo em braile.

Em 2009, passou a fazer parte da Rede Municipal de Bibliotecas e, além do acervo literário, o espaço oferece atividades de contação de histórias para o público infantil, oficinas e visitas guiadas. O funcionamento ocorre de segunda a sexta, das 08h às 21h, e aos sábados, das 08h às 17h. A biblioteca está localizada na Avenida da Universidade, 2572, no bairro Benfica, em Fortaleza – CE.

Para ter acesso ao serviço de empréstimo é preciso efetuar um cadastro com documento de identidade e comprovante de endereço atualizado, e ainda pagar uma taxa anual de R\$ 3,00.

Corroborando com o pensamento dos autores supracitados e acreditando no papel da biblioteca pública de instituição facilitadora do acesso e uso das TIC, visitamos a Biblioteca Municipal de Fortaleza Dolor Barreira, e buscamos fazer uma avaliação abordando a temática das novas tecnologias de informação, como a biblioteca faz uso delas para capacitar seus usuários e de que forma os usuários as utilizam.

Fomos atendidos pela então diretora da biblioteca, Herbênia Gurgel, que nos guiou em uma visita onde foi constatado que o estabelecimento dispõe de uma sala com dez computadores (Telecentro), monitorados por um estagiário, com acesso livre à internet, excetuando-se “sites indevidos” e sendo sugerido aos usuários que não se estude na sala dos computadores, apesar do acesso sem limite de tempo. A sala é fruto da parceria entre a Secultfor e o Ministério das Comunicações.

Herbênia informou-nos que a biblioteca já possui todo o seu acervo informatizado, sendo feitas atualizações à medida que novos materiais são adquiridos. O acervo é registrado no Biblivre, com coordenação de Pedro Henrique (graduado em administração), numa ação em parceria com a Biblioteca Nacional. O acesso ao acervo da biblioteca pode ser feito através do site <http://bibliotecadolorbarreira.com.br/bibliivre3/>, e está limitado apenas a consulta (no aguardo da implementação no sistema do recurso de renovação online).

O catálogo conta com cerca de 600 livros digitais, sendo eles de domínio público ou de acesso liberado pelo próprio autor, disponibilizados também em parceria com a Biblioteca Nacional. O coordenador da plataforma, Pedro Henrique, informou que o site teve mais de 12.000 acessos ao longo dos seis primeiros meses. Por estar vinculada à Secultfor, a Biblioteca Municipal Dolor Barreira não possui um *website* próprio, entretanto, a comunicação biblioteca-usuário é feita a partir de um perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/bibliotecadolor?fref=ts>).

Considerações finais: Diante da constatação do fato de que a presença da tecnologia é uma realidade crescente e irreversível no cotidiano das pessoas, as

novas TIC também conquistaram seu espaço e tem proporcionado uma revolução no processo de comunicação, facilitando a interação dos indivíduos com o mundo.

Políticas públicas vêm sendo elaboradas para que haja integração da sociedade com o meio tecnológico, e as Bibliotecas Públicas têm papel fundamental nesse processo de inclusão digital. A Biblioteca Municipal Dolor Barreira, aos poucos, vem adequando sua infraestrutura tecnológica, a fim de cumprir seu papel social perante a comunidade.

Algumas medidas vêm sendo adotadas pela diretoria da biblioteca com o intuito de popularizar a comunidade com as TIC, como o Telecentro, os cursos de informática para a terceira idade, a informatização do acervo com acesso disponível na web, o catálogo com livros digitais, além da comunicação biblioteca-usuário, feita a partir das redes sociais.

O processo de fazer com que a comunidade se sinta parte da biblioteca e familiarizada com as tecnologias vem ocorrendo de forma ainda acanhada na Biblioteca Municipal Dolor Barreira, porém, é visível o empenho de seus colaboradores a fim de fazer o melhor aproveitamento dos poucos recursos disponíveis. Muito ainda há a ser realizado, e nós, como usuários desses serviços, podemos e devemos deixar nossa contribuição.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalho na graduação. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, Edição Extra, p. 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=18/11/2011>>. Acesso em: 30 maio 2017.

CAMPELLO, Bernadete. A Escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, jul. 2006. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, W. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação:** um estudo de direito comparado. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2009.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, abr.

2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2017.

OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e o uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCIC: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, p. 77-93, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42306/45977>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. São Paulo: Futura, 1998.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2017.